A RELAÇÃO ENTRE O CICLO POLÍTICO, A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E REELEIÇÃO

THE RELATIONSHIP BETWEEN THE POLITICAL CYCLE,
GOVERNMENT ACCOUNTING AND REELING

Jenaldo Alves de Araujo ¹

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo verificar se as receitas, despesas e investimentos públicos, caracterizadas por indicadores obtidos nas demonstrações contábeis do setor público, se exercem influência na recondução de prefeito. A metodologia utilizada foi a regressão logística por ser adequada ao caso específico. Para a consecução deste estudo foram coletados dados do IBGE, TCE-RO, TSE relativos aos municípios rondonienses no período de 2004 a 2016. Os resultados obtidos sugerem que despesa e receita de capital influenciam, favoravelmente, na recondução do prefeito, enquanto que, no tocante às variáveis sociodemográficas, PIB e IDH, capital político municipal apontam uma relação positiva entre o tamanho da população e a reeleição. Em geral, todas as variáveis testadas indicam efeito significativo e, por sua vez, têm impacto na recondução dos prefeitos e corroboram a rejeição da hipótese, razão pela qual prevalece a hipótese nula.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública; Ciclos Políticos; Investimentos Públicos; Reelection Regional.

ABSTRACT: This research aims to verify if the revenues, expenses and public investments, characterized by indicators obtained in the financial statements of the public sector, influence the reappointment of mayor. The methodology used was logistic regression because it is appropriate to the specific case. In order to carry out this study, data from IBGE, TCE-RO, TSE for the municipalities of Rondônia were collected from 2004 to 2016. The results obtained suggest that capital expenditure and revenue favorably influence the mayor's renewal, while in the Regarding sociodemographic variables, GDP and HDI, municipal political capital point to a positive relationship between population size and reelection. In general, all the variables tested indicate a significant effect and, in turn, have an impact on the mayors' renewal and corroborate the rejection of the hypothesis, which is why the null hypothesis prevails.

KEYWORDS: Public Accounting; Political Cycles; Public Investments; Regional Reelection.

¹
Pós-doutorando em Direito pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), é Doutor em Ensino de Línguas e Literaturas pela Universidade Autônoma de Barcelona - UB, Espanha, Doutor em Direito Internacional pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA), Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Mestrado em Direito Econômico pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA), Mestrado em Ciências Contábeis pela FUCEPE Business School

INTRODUÇÃO

Na hipótese de disputa pela reeleição, o principal objetivo de cada candidato é demonstrar para o seu eleitorado suas qualidades, conhecimentos e realizações durante mandatos passados ou mesmo no mandato atual (DOWNS, 1957). Em geral, a literatura apresenta evidências de que, no período pré-eleitoral, a política econômica adotada por um partido político tende a priorizar o bem-estar (saúde, educação, segurança pública) de prazo curto da sociedade (KYDLAND; PRESCOTT, 1977; BARRO; GORDON, 1983).

Para fim de elucidação, o período pré-eleitoral, citado em linhas precedentes, refere-se aos dois últimos anos do mandato eletivo dos prefeitos municipais. Para esta pesquisa, o mandato é estudando da seguinte forma: período pós-eleitoral 1º e 2º ano do mandato e período pós-eleitoral 3º e 4º ano do mandato.

Em particular, em algumas pesquisas verifica-se que os investimentos públicos influenciam a recondução dos governos municipais, nessa linha Rogoff (1990) evidencia que municípios que investem mais recursos no período pré-eleitoral têm uma maior probabilidade de reelegerem os seus prefeitos. Tais resultados estão perfilados com a teoria da miopia de curto prazo do eleitor, uma vez que eles, segundo Nordhaus (1975) são tidos como “míopes” e saudosistas, haja vista terem memória curta no que tange a questionamentos à macroeconomia, dirimindo suas preferências partidárias com olhares saudosistas no passado (NAKAGUMA; BENDER, 2006).

O problema que norteia a presente pesquisa com base nas análises feitas acerca dos municípios rondonienses entre o período de 2004 a 2016 é o seguinte: De que forma alguns indicadores fiscais obtidos nas demonstrações contábeis inconsistentes podem revelar o resultado favorável à recondução de um governante (prefeito) ao mesmo cargo ao mandato seguinte?

Dias (2016), com base nos achados de Klein (2012) e sustenta que a principal linha de concentração de pesquisa que procura investigar a existência de ciclos políticos trilha, principalmente, as constantes variações no *quantum* das receitas e despesas públicas executadas, com a finalidade, notadamente, na organização das despesas públicas. Nessa perspectiva e à luz do exposto, elabora-se como objetivo geral: verificar se as receitas, despesas e investimentos públicos, caracterizadas por indicadores obtidas nas demonstrações contábeis do setor público – se exercem influência na recondução de prefeito.

Quanto aos objetivos específicos, são idealizados os seguintes: a) no que diz respeito à reeleição dos governos municipais, avaliar a influência na recondução política dos investimentos procedidos pelos prefeitos dos 52 municípios do Estado de Rondônia, e b) analisar se as despesas e as receitas públicas influenciam a probabilidade de recondução dos prefeitos municipais nos períodos pré e pós-eleitorais.

Estudos evidenciam que o oportunismo político no âmbito dos

estados brasileiros, desde o advento da Emenda Constitucional n. 16 de 4 de junho de 1997, que deu nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal de 1988, que permite a reeleição de Presidente da República, governador de estado-membro, do Distrito Federal e de prefeitos municipais muitos chefes do Poder Executivo lograram êxito na recondução dos seus mandatos. Por consequência no Estado de Rondônia isso teve como resultado uma taxa de recondução (reeleição) superior a 48,07% dos prefeitos que disputaram mais um pleito eleitoral, levando-se em consideração as eleições regionais dos anos de 2004, 2008 e 2012 e 2016 dos municípios do Estado de Rondônia, segundo o TSE.

Quanto à metodologia, para que seja possível verificar se a despesa influencia a reeleição municipal, faz-se necessária a análise dos orçamentos e das despesas executadas (levando-se em conta a receita arrecadada, despesa empenhada e investimentos) pelo balanço orçamentário dos 52 municípios rondonienses, no período compreendido entre 2004 a 2016. As informações contábeis serão coletadas do banco de dados do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, enquanto que os dados demográficos, político-eleitorais são extraídos, respectivamente, dos *sítios* do IBGE e do TSE, a saber: Investimentos; despesa orçamentária empenhada; receita orçamentária arrecadada e resultado orçamentário. Informações democráticas: população; e - IDH (índice de desenvolvimento humano municipal e informações eleitorais).

REVISÃO DA LITERATURA

ASPECTOS TEÓRICOS DOS CICLOS POLÍTICOS ORÇAMENTÁRIOS EM ÉPOCA DE ELEIÇÃO

Antes de adentrar na pesquisa de autores brasileiros quanto ao tema em tela, é mister aduzir que diversos pesquisadores têm encontrado indícios de que os investimentos de natureza pública, em princípio, impactam de forma positiva sobre o crescimento econômico e sobre a produtividade. Dentre os estudos, destaca-se o de Aschauer (1989), que estudou o setor privado norte-americano no período compreendido de 1949 a 1985 e encontrou evidências de que o investimento público, de uma forma geral, impacta positivamente no crescimento econômico e na produtividade de cunho político.

Nos anos 70 foram publicadas as primeiras pesquisas momento em que se observou o comportamento da economia tanto influencia como é influenciada pela conduta dos agentes políticos, o que foi estudado de maneira mais minudente, formal e metodológica. Ao proceder a uma revisão acerca da teoria dos ciclos políticos, observa-se que, no que tange aos ciclos políticos oportunistas, Nordhaus (1975) contribuiu com enriquecimento teórico e metodológico do tema em apreço.

Por conseguinte Klein e Sakurai (2015) afirmam que pleito eleitoral equivale a uma realidade propensa a influenciar o dinamismo

das despesas públicas durante o cumprimento do mandato. Embora se afirme que os prefeitos, independentemente de estarem no primeiro ou no segundo mandato têm ânimo de acondicionar suas bases políticas no exercício do poder, com o objetivo de robustecer seu sucesso na recondução do cargo de prefeito.

O termo ciclo político-econômico originou-se dos Aspectos Políticos do Pleno Emprego teorizado por Kalecki (1943) e Fialho (1997, p. 132) e de forma *lato sensu*, prelecionam, a breve trecho, acerca da possibilidade de fatores políticos afetarem o desempenho das variáveis econômicas, mais precisamente no que alude aos atos de governo e seus respectivos efeitos nas políticas monetárias ou fiscais, conduzidas pelos governantes de modo a beneficiarem a si; ou ainda se tratar de fase cíclica entre os pleitos eleitorais e variantes sociais e econômicas. Nessa perspectiva sustentam Kalecki (1943), Åkerman (1947) e Downs (1957) que se podem considerar os precursores na investida de estabelecer modelos formais que buscassem explicação plausível acerca da colisão dos fatores de natureza político-partidária na seara da economia e dos ciclos políticos, campo de pesquisa desta dissertação.

Afirmam Nordhaus (1975), De Oliveira Veloso e Bornhold (2016) que em clima normal em que os demais administradores financeiros, assim como os eleitores, criam suas perspectivas de maneira almejada inicialmente, os chefes do Poder Executivo, principalmente municipal, são capazes de demonstrar um almejado parâmetro cíclico na esfera econômica em virtude das eleições e do sufrágio eleitoral. MacRae (1977), contudo, em seus estudos não fez uso do percentual dos eleitores no que se refere ao índice de esquecimento, que não impede a possibilidade de provar que os governantes criam um ciclo econômico semelhante ao período da eleição. Noutro viés, por sua vez, no que se refere aos objetivos delineados pelos agentes políticos, segundo Nordhaus (1975), eles investem com o intuito de lograr êxito quando testados nas urnas eleitorais.

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, por sua vez, avalia a conexão entre as ciências econômicas e a governabilidade como uma explanação de cunho cognitivo, acessório para as variáveis da economia, tendo por parâmetro a influência dos fatores políticos (ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2012, p.1; BARTOLINI; SANTOLINI, 2009; VIDEIRA; MATTOS, 2011).

Os estudos sobre a teoria de ciclos políticos eleitorais foram avançados por intermédio de Videira e Mattos (2011). Para o mencionado autor, as oscilações de natureza econômica, principalmente em épocas de eleições, são concernentes à sinuosidade do sistema da política econômica perfilado pelos políticos sob a perspectiva de lograr êxito nos pleitos eleitorais. Posteriormente, Nordhaus (1975), com base no modelo desenvolvido por Downs (1957), introduziu uma vertente importante na literatura econômica, chamada de teoria de ciclos políticos eleitorais, e Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) incorporaram a questão das expectativas racionais ao trabalho desenvolvido por Nordhaus (1975).

Sustenta Nakaguma e Bender (2006) que a celeuma se ancora em se fixar qual entre dois esforços antagônicos tem predominado: se o oportunismo eleitoral, que provoca o gestor público fazer adoção de políticas de origem expansionista, com a pretensão de aguçar a possibilidade de lograr êxito na sua recondução, ou se a liderança política encartada pelo público-eleitor, que mitiga o uso de forma discricionária e de pretensão teleológica eleitoreira das ferramentas políticas. Os candidatos que têm mais chances de vitória nas urnas são aqueles que, em comparação aos adversários, supostamente aumentariam o bem-estar da sociedade, especialmente com relação à renda dos indivíduos. Os partidos políticos que estão no poder teriam como incumbência incrementar políticas atinentes à administração pública, o atendimento aos anseios individuais dos eleitores.

Rogoff (1990) sustenta que os agentes políticos para evidenciar seu desempenho, tendem a realizar gastos mais “visíveis” em períodos pré-eleitorais, tais como investimentos em ruas, escolas, hospitais etc., tirando proveito da assimetria de informações entre o eleitorado e os seus governantes. Sob essa perspectiva Easterly e Rebelo (1993) estudaram 100 países entre 1970 e 1988 e concluíram que investimentos públicos em transporte e comunicação guardam relação positiva e significativa com taxas de crescimento de longo prazo.

Já Schuknecht (1996) investigou, notadamente, dados de 35 países em desenvolvimento no período corresponde de 1970 a 1992 o acontecimento e expansão de ciclos oportunistas no que refere ao déficit fiscal. Os achados evidenciaram que o aumento do desprovimento de natureza fiscal (gastos públicos) nos períodos que antecedem os pleitos eleitorais foi gerado, mediante expansão de despesas públicas, em vez da redução da carga tributária. Anos depois, Schuknecht (1996) analisou 24 países em desenvolvimento no lapso de 1973 a 1992 e chegou-se à conclusão de que os investimentos públicos também se sujeitam ao ciclo eleitoral.

Galli e Rossi (2002), por sua vez, analisaram e identificaram os ciclos políticos no âmbito dos estados alemães no período 1974-1994 e concluíram que os partidos não exercem influência significativa nas decisões de realizações de gastos. Akhmedov e Zhurasvskaya (2004) e Dias (2016), contudo, ao procederem à investigação do desempenho de natureza orçamentária de competências russas, em locais e épocas de eleições, evidenciaram indicativos de acréscimo de dispêndio e de aumento de gastos públicos em períodos de eleições, o que, por consequência, incrementa a teoria do ciclo eleitoral, que visibiliza que os eleitores regionais, apesar de aceitarem a expansão de bens de capitais públicos, tendem a punir os agentes políticos causadores de resultados deficitários quanto aos orçamentos públicos indesejáveis.

Como é sabido, a política partidária e a economia caminham *pari passo* das decisões e resultados se coalizam entre estas, por consequência, há relação de causas entre si uma linha muito tênue e quase imperceptível (SAKURAI; GREMAUD, 2007; GONÇALVES; FUNCHAL;

BEZERRA FILHO, 2017).

Nesse viés, Videira e Mattos (2011), Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) asseveram que ocorre aumento de orçamentos e das despesas públicas e investimentos, principalmente no âmbito da saúde e da educação, em princípio, em épocas das eleições, o por consequência induz a acreditar que esses acréscimo orçamentário tenha como pano de fundo idealizado como objetivo principal tornar evidente ao eleitorado a competência governamental do gestor, e tendo por conseguinte a oportunidade de obter sucesso nos pleitos eleitorais, premissa essa que se se filia com as princípios defendidos por muitos autores atinentes à referida teoria dos ciclos políticos no processo das eleições municipais.

Klein (2010) e Klein e Sakurai (2015), em análise feita por Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) sustentam que os períodos eleitorais brasileiros tendem a ser mais concentrados e perceptíveis, uma vez que o processo eleitoral e a fase pré-eleitoral já estão previamente estabelecidos na Constituição Federal vigente e no calendário eleitoral, razão pela qual os agentes políticos antecipadamente, e não poderia ser diferente, são sabedores dos dias em que acontecerão o processo eleitoral e as eleições, o que deixa margem para que os agentes políticos façam as adequações de suas deliberações no que tange aos seus atos de governo e de gestão, o que favorece a incrementação de suas políticas, com mais investimentos e orçamentos públicos, tendo em conta o calendário de natureza eleitoral, com o fito de lograrem avaliações favoráveis do eleitorado nos pleitos eletivos.

Nesse rumo, é que Vicente e Nascimento (2012, p.108) e Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) sustentam suas teses ao defenderem que o eleitorado bem informado, ou seja, mais esclarecido, possui esperança mais razoável e factível, que por resultado aprecia e mensura os agentes políticos, à luz da sua competência esperada no porvir (*forward looking*), e do eleitorado tradicional, que na realidade é o inverso do bem-instruído e informado, haja vista mensurar a competência pretérita dos agentes políticos (*backward looking*).

Vicente e Nascimento (2012) afirmam que os de chefes do Poder Executivo, autodenominados de situacionistas, e isso aconteceu no momento em que optaram por governanças públicas que tendem a aguçar a possibilidade de sua recondução sem, contudo, saudosismo em circunstâncias passadas, sem o fiel cumprimento dos propósitos idealizados pelos partidos políticos ou aos efeitos almejados na seara da economia, quando projetaram e demarcaram propósitos de cunho social ou político, e por conseguinte, eles não lhes interessa somente permanecer no poder, tampouco almejam somente o reconhecimento do eleitorado, mas também almejam alguns propósitos escusos, que fogem aos princípios republicanos.

IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DA POLÍTICA FISCAL NOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

No Brasil, até o final da década de 90, não se discutia no meio acadêmico acerca das tendências de manipulações fiscais com propósito de reeleição dos governantes, a qual foi permitida no ordenamento jurídico brasileiro somente a partir de 1998. A partir daí diversas pesquisas empíricas acerca do tema em questão foram executadas no território brasileiro. As consequências dos ciclos políticos no Estado de Minas Gerais, precisamente nos seus entes municipais foram proferidos por Cançado e Araújo Junior (2004) também citado por Dias (2016), levando-se em consideração as eleições do ano de 2000. Os desfechos encontrados por eles foram de que o eleitorado pende a não votar nos agentes políticos que executaram gastos excessivos, de forma irresponsável, com a continuidade da Administração Pública, e a reconduzir os governos municipais, que atraíram mais recursos por meio de acréscimo de receita orçamentária. Os achados demonstram ainda que, quando o ente municipal tem o PIB mais elevado, torna-se mais difícil a recondução dos governos dos respectivos municípios.

Nessa linha de raciocínio, anuncia Dias (2016) que Sakurai (2009), em pesquisas que contemplaram mais de 2.000 entes municipais do Brasil, concluiu que as despesas desses entes municipais federativos abalam, em princípio, na possibilidade de recondução de seus governantes, levando-se em consideração os pleitos municipais entre o intervalo de 1988 a 2003. Os resultados apontam que o crescimento das despesas, em princípio, aumenta a probabilidade de recondução dos agentes políticos municipais, ao passo que, no tange às variáveis de cunho sociodemográfico, desenha uma conexão afirmativa entre a extensão (*quantum*) populacional e a recondução eleitoral dos chefes do Poder Executivo municipal.

Arvate, Avelino e Lucinda (2008), em suas pesquisas sobre as eleições municipais brasileiras, que aconteceram no ano de 2000, procederam à investigação, com o objetivo de saberem se o eleitorado é conservador sob a perspectiva tributária. Foram observados indicativos de que o eleitorado brasileiro tem predileção por níveis mais aguçados quanto aos gastos públicos, principalmente a fração de instrução inferior, segundo, notadamente ficou evidenciada na amostra testada nas referidas pesquisas.

Klein (2010), por sua vez, em pesquisa que mensura a existência de ciclos político-orçamentários nos pleitos eleitorais nos entes municipais da Federação brasileira, com supedâneo nas informações de natureza fiscal e eleitoral, ficou evidenciado que, em princípio, os agentes públicos municipais (prefeitos), que têm chance de recondução dos mandatos, investem cerca de 3% a maior em época de processo eleitoral que os candidatos com pouca chance de se reelegerem. Já os chefes do Poder Executivo Municipal que disputam a recondução investem em média 5% a mais do que aqueles sem chance de serem reeleitos e os que

não disputam a recondução, assim reforça Dias (2016).

Outra questão fundamental importância, conforme aduz Carreirão (2007) é quanto ao incentivo dos partidos políticos quando estabelecem, por meio dos seus líderes políticos, as coligações partidárias. No que tange a esse aspecto, a literatura é uníssona de que a pretensão principal estabelecida nas coligações é a de aumentar a possibilidades de os partidos lograrem êxito nos pleitos eleitorais, e de que as deliberações planejadas acerca das coligações são decididas. Levando-se em consideração o cômputo de custos e benefícios eleitorais FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994; SANOS, 1987). Essa é uma das vertentes dos ciclos políticos.

Com fulcro nos estudos realizados supracitados e considerando-se as prestações das contas dos entes municipais do Estado de Rondônia nos interregnos dos exercícios de 2004 a 2016, procedeu-se à hipótese seguinte:

H.1: O aumento dos investimentos públicos nos dois últimos anos do mandato em relação aos dois primeiros eleva a probabilidade de reeleição do prefeito.

Evidenciando-se que o leitorado é mais conservador no que tange à ótica fiscal e é propenso a repreender os agentes políticos que comentem déficits orçamentários (KLEIN, 2012). Objetiva-se corroborar os resultados os achados da pesquisa proferida por Klein e Sakurai (2015) e por Cavalcante (2015), no que diz respeito de que a dilatação da diferença de término orçamentário, tendo-se por consequência investimentos públicos, entre os lapsos pré e pós-eleitoral de pleito eletivo gera impressão positiva nas chances de recondução do Chefe do Poder Executivo Municipal (prefeito) ou de recondução do partido ou da coligação a que ele está inserido.

METODOLOGIA DA PESQUISA

COLETAS DOS DADOS

Neste tópico, descrevem-se as etapas que são percorridas no desenvolvimento da metodologia tendo-se em conta que o início da pesquisa exploratória até a análise e interpretação dos dados coletados. Para atingir os objetivos geral e específicos idealizados nesta pesquisa, que são, respectivamente, Objetivo Geral - verificar se as receitas, despesas e investimentos públicos, caracterizadas por indicadores obtidas nas demonstrações de natureza contábil do setor público – se exercem influência na recondução de prefeitos e Específicos: a) no que diz respeito à reeleição dos governos municipais, avaliar a influência na recondução política dos investimentos procedidos pelos prefeitos dos 52 municípios do Estado de Rondônia, e b) analisar se as despesas e as receitas públicas exercem influência na probabilidade de recondução dos governantes municipais nos períodos pré e pós-eleitorais.

Demarca-se como universo desta dissertação os cinquenta e dois municípios do Estado de Rondônia. Os dados coletados são referentes aos exercícios de 2004 a 2016 e abrangem os pleitos eletivos municipais dos primeiros mandatos das eleições dos anos de 2004, 2008, 2012 e 2016.

Os informes contábeis são coletados em bancos de dados oficiais dos municípios, disponíveis no site Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, já os Informes de natureza demográfica, política e eleitoral são reproduzidos dos sítios do IBGE e do TSE.

VARIÁVEIS DA PESQUISA

A variável dependente, que diz respeito à Recondução de Prefeito, é uma variável de dummy, cujo valor é binário, a qual corresponde ao valor igual a 0 (zero) para os entes municipais rondonienses, cujos chefes do Poder Executivo municipal, que concorreram a recondução eletiva não lograram êxito, e valor igual a 1 (um) para aqueles prefeitos que concorreram e lograram êxito.

A Figura 1, de forma didática, exemplifica as variáveis dependentes que foram testadas estatisticamente nesta dissertação.

Figura 1 – Variável Dependente –Reeleição e Recondução do mandato eletivo do prefeito.

Variável Dependente	Dummy	Descrição
Recondução do mandato eletivo do Prefeito	0	Esse valor será indicado quando for constatado que não houve recondução do mandato eletivo do prefeito.
	1	Esse valor será indicado quando for constatado que houve recondução do mandato eletivo prefeito.

Fonte: figura elaborada por Dias (2016) adaptado pelo autor desta pesquisa.

Com a finalidade de demonstrar a influência dos investimentos de capital no setor público, na expectativa de recondução de prefeitos municipais, elege-se como *proxy* uma variável relativa à divergência entre a proporção (percentual) quanto à efetivação de despesas de cunho orçamentário pertinente a investimentos públicos realizados pelas municipalidades, em épocas que antecedem ao pleito eleitoral correspondente, ou seja: os dois primeiros anos do mandato. Almeja-se, que esse informativo guarde pertinência temática afirmativa com a probabilidade de reeleição dos prefeitos, essas premissas sintonizam pertinência com as pesquisas de Schuknecht (1996), Drazen e Eslava (2005), Sakurai e Menezes Filho (2008), Berger e Woitek (1997), Vicente e Nascimento (2012) e Dias (2016).

Adotou-se, também, como *proxy* do resultado de natureza orçamentária, que se trata de uma variável pertinente à dicotomia entre os balanços referentes a orçamentos conferidos pelos entes municipais, em épocas pré e pós-eleitorais do pleito eleitoral correlato. É mister esclarecer que para a pesquisa em questão, que o denominado resultado de natureza orçamentária é pertinente ao *quantum per capita* das receitas arrecadadas, das despesas empenhadas e dos investimentos executados pelas municipalidades. Estudos semelhantes foram desenvolvidos por Klein (2015) e Dias (2016).

Levando-se em conta que o leitorado brasileiro é conservador no que diz respeito à esfera fiscal e a predisposição é, em princípio, reprimir agentes políticos que provocam déficits de ordem orçamentária (KLEIN, 2012), à luz dessas proposições de origem contábil e econômica, aspira-se a corroborar a conclusão a que chegaram Klein e Sakurai (2015) e Cavalcante (2015), uma vez que o acréscimo de diferença de resultados de natureza orçamentária (receita arrecadada, despesa empenhada e investimentos) em épocas pré e pós-eleitorais de cumprimento de um mandato eletivo cause expectativa de forma positiva nas chances de recondução do prefeito municipal.

Assim, para estimar o grau de *accountability* dos municípios do Estado de Rondônia, emprega-se como *proxy* a população de cada um dos 52 municípios, disponibilizada em forma de logarítmico para mensurar seu resultado na variável População. Sabe-se que muitos cientistas políticos opinam que o nível de *accountability* não é equivalente (assimétrico) à quantidade de votos de cada colégio eleitoral, nessa trilha assim preleciona Klein (2010), de tal sorte que o colegiado eleitoral dos municípios de menor densidade demográfica é propenso a restringir a diferença existente entre o eleitorado e seus governantes, o que demonstra um acréscimo da receptividade do eleitorado no que tange à competência quanto à administração pública dos *policymakers* (PORTO; PORTO, 2000; DIAS, 2016).

Em consequência, por sua vez, para proceder à análise do grau do índice de Desenvolvimento Humano no que concerne às dimensões da longevidade, educação e renda, elege-se a *proxy* IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Quanto mais se aproxima do número 1, tem-se como resultado maior desenvolvimento humano, que se estima que esse fator tenha correlação com a compreensão cognitiva do eleitor brasileiro, que deflui, por consequência lógica, de um quantitativo mais elevado de conhecimento e de informações (CANÇADO; ARAÚJO JUNIOR, 2004; DIAS, 2016).

No que tange à avaliação da influência da política regional do prefeito municipal ou dos partidos políticos (KLEIN, 2010; DIAS, 2016; ARAÚJO; SILOTTO; CUNHA, 2015), à luz dessas premissas doutrinárias citadas no referencial teórico, fez-se a opção por uma *proxy* que aponte, de forma mais significativa, o acervo do capital político (colégio eleitoral) do prefeito municipal, que além de estar no cumprimento do mandato eletivo, é candidato a recondução ao mesmo cargo, motivado

pelo capital político, que foi demonstrado depois da contagem dos votos apurados pela Justiça Eleitoral, no pleito eleitoral regional anterior, em detrimento do seu adversário político, com o qual disputou a eleição e logrou êxito.

MODELAGEM ESTATÍSTICA

Com o propósito de responder aos questionamentos idealizados e confirmar ou não a hipótese formulada nesta dissertação em apreço, as variáveis de cunho contábil epigrafadas são apreciadas, conforme já desenhadas na introdução desta pesquisa, em duas fases, quais sejam, primeira fase: pós-eleitoral, que está relacionada aos dois primeiros anos de mandato eletivo do prefeito, e segunda fase: pré-eleitoral, que está relacionada aos dois últimos anos de mandato eletivo do prefeito, como bem Klein (2010) explicitou em seus estudos, consoante está demonstrado na Figura 2, *ipsis litteris*:

Figura 2 - adaptada por Dias (2016)

Em virtude das vedações estatuídas no § 1º do artigo 31 da Lei n. 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), no que diz respeito à inclusão do penúltimo ano de mandato eletivo quanto ao acréscimo de gastos públicos, em épocas pré-eleitorais, é justificada com fundamento na hipótese de que aumento de gastos públicos ocasionados de suspeitas condutas de caráter oportunista dos prefeitos municipais, partidos políticos ou suas respectivas coligações partidárias, por força do citado preceptivo legal supramencionado, deve-se ter origem antes do último ano de mandato eletivo, para que haja possibilidade legal no que concerne à execução orçamentária no exercício mandato em apreço.

À luz dessas premissas postas e em obediências aos regramentos insertos nas leis de regência e nas Ciências Contábeis, e após testar os modelos delineados nesta pesquisa, os modelos testados podem ser descritos como na seguinte equação:

$$p[\text{Reeleição}_{it} = 1] = \beta_0 + \beta_1 \text{Var}_{\text{Orç}_{\text{público}}_{it}} + \sum_{j=1}^n \alpha_j \text{controles}_{it}^j + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que Reeleição_{it} , representa a reeleição do prefeito na cidade i e no ano t .

$\text{Var}_{\text{Orç}_{\text{público}}_{it}}$, representa a variação entre os dois primeiros e dois últimos anos nos seguintes itens do orçamento público: Investimentos, Receita e Despesa. Em cada regressão será especificada qual (ais) itens foram incluídos como variáveis explicativas.

$controles_{it}^j$ representa o controle j . As variáveis de controle são: população (em logs), capital político, IDH e PIB *per capita*. Além disso, utiliza-se o nível de Investimentos, Receitas e Despesas do município como controle nas regressões.

Objetiva-se, com esta pesquisa, corroborar os resultados apresentados por Klein e Sakurai (2015) e por Cavalcante (2015), no sentido de que o aumento da diferença de resultados orçamentários, tendo-se por consequência investimentos, entre os períodos pré e pós-eleitorais de uma definida eleição gera impacto positivo nas chances de recondução de prefeito municipal.

A literatura acerca do tema em questão aponta que em alguns estudos de cunho contábil, verifica-se que os investimentos públicos influenciam a recondução dos governos municipais, nessa linha Rogoff (1990) evidencia que municípios que tendem a investir mais recursos em políticas públicas no período pré-eleitoral têm maior tendência de reconduzirem seus prefeitos.

RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados das regressões, rodados no software *Stata*, estão descritos abaixo da seguinte forma, respectivamente: regressões com a receita, regressões com a despesa, regressões com o investimento, regressões com todas as variáveis, regressões com a receita arrecadada e despesa empenhada.

Em todas as tabelas, os modelos de 1 a 3 são estimados em painel sem efeito fixo, e os modelos de 4 a 6 são estimados com uma regressão logística em painel com efeito fixo de município. Não foram feitas as regressões exclusivamente considerando-se efeitos fixos, pois este método requer variabilidade grande na amostra. Assim, quando este método é aplicado aos dados deste estudo, há uma redução no tamanho da amostra.

Tabela 1. Regressões com a Receita

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Variação da Receita	1.482*** (0.001)	1.927*** (0.000)	1.951*** (0.000)	2.234*** (0.002)	3.523*** (0.002)	3.654*** (0.001)
Ln_População		0.549*** (0.001)	0.782*** (0.009)		1.962 (0.543)	5.223 (0.192)
Capital político		2.978** (0.042)	2.967** (0.045)		0.624 (0.870)	0.633 (0.868)
IDH municipal		1.402 (0.540)	-0.516 (0.877)		13.40*** (0.008)	5.627 (0.425)
PIB- per capita		-0.0000409 (0.516)	-0.0000710 (0.331)		-0.000179 (0.262)	-0.000374* (0.088)
Ln_Receita per capita			0.879 (0.336)			3.377 (0.118)
Pseudo R-2	0.045	0.107	0.112	0.204	0.353	0.396
N.	(195)	(195)	(195)	(83)	(83)	(83)
Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa. Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%. Os modelos de 1 a 3 são estimados em painel sem efeito fixo, e os modelos de 4 a 6 são estimados com uma regressão logística em painel com efeito fixo de município.						

Em análise na Tabela 1, nos modelos 1 e 4 realizou-se uma regressão simples. Nos modelos 2 e 5 tem-se a regressão com os controles, enquanto nos modelos 3 e 5 foram acrescentados o nível das variáveis de interesse (Receita, Despesa e Investimento) como controle. Por sua vez, ao analisar os modelos de 1 a 6 realizando as regressões com a receita, percebe-se que em todos os modelos a variável receita foi significativa, com 90% de confiança.

Ao proceder à análise da Tabela em questão, vê-se que a variável População é significativa somente nos modelos 2 e 3 executados com 99% de confiança. Igualmente à variável Capital Político, a qual é significativa somente nos modelos 2 e 3 com 95% de confiança. Já a variável Índice de Desenvolvimento Humano (IDH Municipal) é significativa somente no modelo 5 que é um modelo de regressão de controle logística painel efeito fixo (apenas no modelo 6). O PIB foi significativa a 10% de confiança, apenas no modelo 6, porém com resultado negativo, demonstrando que acontece o contrário do que se estimava para esta variável.

Analisando os modelos de regressão com Receita, para depois se proceder à análise dos modelos envolvendo a Despesa, nota-se que os resultados, nesse viés, insinuam, contudo, que o acréscimo de receitas de capital motiva de forma positiva na recondução dos chefes do Poder Executivo das municipalidades brasileiras, à medida que as variáveis de natureza sociodemográfica direciona para uma compatibilidade confirmativa entre a densidade demográfica e econômica municipal e a recondução do prefeito municipal, o que está em consonância com a pesquisa sobre o assunto em questão proferida por Dias (2016).

Ainda nesse norte, afirma Klein (2012), em suma, que a linha de concentração predominante das atuais pesquisas que analisam a existência de ciclos políticos tende a examinar, com afinco, as inconstâncias nos resultados das receitas arrecadas e despesas empenhadas no setor público, com o fito, notadamente, na constituição das despesas públicas.

Tabela 2. Regressões com a Despesa

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Varição da Despesa	1.582*** (0.000)	2.008*** (0.000)	2.040*** (0.000)	2.456*** (0.001)	4.547*** (0.001)	4.761*** (0.002)
Ln_População		0.535*** (0.002)	0.795*** (0.009)		3.325 (0.340)	7.475 (0.100)
Capital político		3.108** (0.037)	3.136 ** (0.041)		2.500 (0.5673)	2.811 (0.529)
IDH municipal		1.118 (0.648)	-1.121 (0.736)		15.33*** (0.008)	6.485 (0.382)
PIB <i>per capita</i>		-0.0000312 (0.594)	-0.000041 (0.339)		0.000124 (0.481)	-0.000393 (0..150)
Ln_Despesa <i>per capita</i>			0.990 (0.277)			4.228* (0.079)
Pseudo R-2	0.051	0.112	0.118	0.238	0.417	0.476
N .	195	195	195	83	83	83
Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa. Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%. Os modelos de 1 a 3 são estimados em painel sem efeito fixo, e os modelos de 4 a 6 são estimados com uma regressão logística em painel com efeito fixo de município.						

Agora, analisando os resultados dispostos na Tabela 2, nota-se que a variável População, por sua vez, é significativa somente nos modelos 2 e 3 em regressão em painel sem efeito fixo. Vê-se que a variável IDH Municipal possui o mesmo valor p (0,008) com 99% de confiança igual como está demonstrado na Tabela 1.

A variável Despesa *per capita* foi significativa somente no modelo 6 com painel efeito fixo. Dessa forma, pode-se supor que este resultado foi gerado devido ao modelo em painel com efeito fixo suprir os dados que não foram encontrados por algum dos municípios pesquisados.

A variável População, por seu turno, é significativa igual na Tabela 1 somente nos modelos 2 e 3 regressões em painel sem efeito fixo. É de se vê que a variável IDH Municipal possui o mesmo valor p com 99% de confiança igual como está demonstrado na Tabela 2.

A variável Despesa *per capita*, foi significativa somente no modelo com painel efeito fixo. Dessa forma, pode-se supor que este resultado foi gerado devido ao modelo em painel com efeito fixo suprir os dados que não foram encontrados por algum dos municípios pesquisados.

Observa-se que nas regressões com Despesa, esta variável foi significativa em ambos os modelos com 99% de confiança. A variável Ln_População é significativa igualmente como na Tabela 1 somente nos modelos 2 e 3, com regressão sem painel com efeito fixo.

A variável Ln_População corrobora os achados proferidos por Sakurai (2009), uma vez que, em sua pesquisa, analisou mais de 2.000 municípios de várias regiões brasileiras, no período entre 1988 a 2000, e concluiu que há um laço positivo entre o tamanho da população e a probabilidade de reeleição, que, por consequência, caracteriza a teoria dos ciclos políticos (SOUZA, 1976; SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994).

Nessa linha de pensamento, conforme já aduzido em linhas pretéritas, sustentam Klein (2012) e Dias (2016) que grande parte dos entes municipais brasileiros de menor densidade democrática e econômica, para obedecerem aos preceptivos legais insertos na Lei de Responsabilidade Fiscal, é dependente de uma parte significativa de transferências da receita da União Federal.

Tabela 3. Regressões com o Investimento

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Varição de investimento	0.0196 (0.850)	0.0297 (0.771)	-0.00759 (0.948)	0.572* (0.086)	0.566 (0.109)	0.542 (0.135)
Ln_População		0.606*** (0.001)	0.659*** (0.002)		0.961 (0.717)	1.202 (0.673)
Capital político		2.116 (0.148)	2.101 (0.151)		1.004 (0.743)	1.042 (0.734)
IDH municipal		1.169 (0.657)	0.674 (0.817)		8.149* (0.078)	7.984* (0.088)
PIB per capita		-0.0000853 (0.272)	-0.0000934 (0.238)		-0.000300* (0.051)	-0.00316* (0.060)
Ln_Investimento per capita		0.212 (0.473)				0.128 (0.803)
Pseudo R-2.	0.000	0.068	0.070	0.057	0.149	0.150
N.	(178)	(178)	(178)	(69)	(69)	(69)

Fonte: elaborada pelo autor. Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%. Os modelos de 1 a 3 são estimados em painel sem efeito fixo, e os modelos de 4 a 6 são estimados com uma regressão logística em painel com efeito fixo de município.

Ao realizar as regressões dando ênfase somente nos investimentos, nota-se que a variável Variação de Investimento foi significativa somente no modelo 4 com 90% de confiança, no qual se usou regressão simples painel com efeito fixo. Mas quando controladas por outros efeitos esta variável não foi significativa. Enquanto a variável População obteve os mesmos resultados em significância das tabelas anteriores (1 e 2) nos mesmos modelos 2 e 3, em que se testou a variável população que nesta pesquisa representa o colégio eleitoral tem influência sobre a reeleição somente nos modelos em que foi usado simplesmente uma regressão com controle, como foi o modelo 2 e rodado em logística como em ambos modelos.

Tanto o PIB como a variável Índice de Desenvolvimento Humano foram significantes com 90% de confiança no modelo, rodado em logística em painel efeito fixo. Essas variáveis indicam efeito significativo que têm impacto na reeleição dos prefeitos, ou seja, são elas que contribuem para que o prefeito seja reconduzido ao cargo, corroborando a rejeição da hipótese alternativa H.1.prevalendo a H.0 (hipótese nula).

Essa evidência constatada contradiz o posicionamento dos autores Dias (2016) e Rogoff (1990), Arvate, Avelino e Lucinda (2008) que em suas pesquisas evidenciam que municípios que investem mais recursos públicos no período que antecede às eleições têm uma maior probabilidade de reelegerem os seus prefeitos. Essa tese não foi evidenciada nes-

ta pesquisa, uma vez que investimentos públicos não influenciaram na probabilidade de recondução dos governantes municipais.

Evidencia-se, por consequência, que as mesmas pesquisas no campo da Contabilidade pública, com o mesmo objeto desta dissertação, quando replicado em outros Estados-membros da Federação brasileira, como por exemplo, no Estado do Espírito Santo (DIAS, 2016), logrou-se resultado adverso desta pesquisa, uma vez que a hipótese da pesquisa de Dias (2016) logrou resposta concordante com o problema e a hipótese idealizados quando da feitura do projeto da pesquisa, contudo nesta pesquisa reprovou-se a hipótese, uma vez que nas Tabelas 1 e 2 Receita e Despesa foram significantes em todos os modelos.

A seguir são mostrados os modelos da Tabela 4, a qual engloba todas as variáveis explicativas.

Tabela 4. Regressões com Todas as Variáveis

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Variação de Receita	0.384 (0.805)	1.141 (0.498)	1.331 (0.462)	-3.110 (0.337)	-3.780 (0.327)	-5.358 (0.290)
Despesa per capita	1.152 (0.447)	0.778 (0.630)	0.832 (0.639)	5.724 (0.110)	9.098* (0.077)	11.84 (0.114)
Investimento per capita	-0.125 (0.414)	-0.128 (0.336)	-0.224 (0.118)	-0.343 (0.488)	-0.755 (0.221)	-0.986 (0.167)
População		0.693*** (0.000)	0.936*** (0.008)		2.830 (0.466)	10.84 (0.124)
Capital político		2.136 (163)	2.185 (0.162)		0.925 (0.841)	1.961 (0.712)
IDH municipal		1.655 (0.516)	-0.251 (0.947)		14.53** (0.018)	4.278 (0.646)
PIB per capita		-0.0000371 (0.614)	-0.0000576 (0.473)		-0.000114 (0.631)	-0.000451 (0.236)
Ln_Investimento per capita			0.388 (0.302)			0.331 (0.673)
Ln_Receita per capita			-0.257 (0.912)			-3.152 (0.593)
Ln_Despesa per capita			0.752 (0.738)			8.256 (0.257)
Pseudo R.2	0.040	0.113	0.125	0.227	0.392	0.481
N.	(178)	(178)	(178)	(69)	(69)	(69)

Fonte: elaborada pelo autor da pesquisa. Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%. Os modelos de 1 a 3 são estimados em painel sem efeito fixo, e os modelos de 4 a 6 são estimados com uma regressão logística em painel com efeito fixo de município.

Observa-se que ao incluir todas as variáveis na Tabela 4, resultou-se por deixar as estimativas não diferentes de zero que pode ter ocorrido devido à inclusão de a variável ser irrelevante ao modelo idealizado. Dessa forma, dado ao problema da inclusão de variável irrelevante na Tabela 4, estima-se os modelos da Tabela 5 que se encontram na Tabela 5, pois de acordo com os resultados passados, identificou-se que a variação de investimento não tem influência sobre a reeleição dos prefeitos.

Ao rodar as regressões, utilizando-se de todas as variáveis, conforme demonstrado na Tabela 4, somente no modelo, o qual é uma regressão com controles e em painel efeito fixo, a variável Despesa foi significativa com 10%, ou seja, 90% de confiança, que por consequência, reprovava a hipótese idealizada no projeto desta pesquisa em que se afirma: **H.1:** Os aumentos dos investimentos públicos nos dois últimos anos do mandato em relação aos dois primeiros elevam a probabilidade de reeleição do prefeito. Fica evidenciado que as outras variáveis de cunho orçamentário como Receita e Investimento não obtiveram nenhum grau de significância. De antemão, vale aduzir que a variável População, por seu turno, como nas outras variáveis foram significantes e o IDH municipal o qual foi significativo somente no modelo 5 com 95% de confiança.

Tabela 5. Regressões com a Receita e Despesa

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Receita per capita	-0.0574 (0.969)	0.441 (0.774)	0.563 (0.735)	-2.959 (0.341)	-4.888 (0.192)	-5.486 (0.224)
Despesa per capita	1.635 (0.266)	1.609 (0.289)	1.536 (0.352)	5.390* (0.096)	10.31** (0.033)	11.41* (0.062)
Ln_População		0.541*** (0.001)	0.819*** (0.008)		4.413 (0.226)	9.577* (0.071)
Capital político		3.094** (0.038)	3.117** (0.042)		3.557 (0.470)	4.913 (0.366)
IDH municipal		1.208 (0.620)	-1.143 (0.738)		16.74**** (0.009)	8.907 (0.259)
PIB_per capita		-0.000323 (0.586)	-0.0000675 (0.328)		-0.0000870 (0.646)	-0.000359 (0.220)
Ln_Receita per capita			0.219 (0.919)			0.0150 (0.997)

Ln_Despesa per capita			0.830 (0.689)			4.306 (0.398)
Pseudo R-2	0.051	0.113	0.118	0.252	0.445	0.502
N.	193	193	195	83	83	83

Fonte: elaborada pelo autor da pesquisa. Nota: *** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%. Os modelos de 1 a 3 são estimados em painel sem efeito fixo, e os modelos de 4 a 6 são estimados com uma regressão logística em painel com efeito fixo de município.

É de se ver que a variável Ln_Despesa foi significativa somente nos modelos de 4 a 6, que foram rodados por meio de regressões em painel com efeito fixo, consoante está evidenciado na Tabela 5.

Vale aduzir que a variável Ln_População, além dos modelos 2 e 3 foi significativa também no modelo 6. Já, por sua vez, a variável Capital político foi significativa nos modelos 2 e 3.

Por fim, a variável IDH Municipal é significativa no modelo 5 regressões com controles.

Esse fato sugere, portanto, que o investimento não é relevante para a recondução dos prefeitos municipais, conforme já aduzido em linhas precedentes, e sim a Receita Arrecadada, o que finda por não confirmar a hipótese da pesquisa (H.1).

Esses resultados contradizem a tese publicada por Fialho (1997), que aduz que países emergentes, as instituições democráticas são mais vulneráveis e há mais probabilidade de discricionariedade de seus agentes (prefeitos), no que alude a investimentos nos últimos anos do mandato, com a finalidade de lograr êxito no pleito eleitoral.

Vê-se que esse resultado vai ao encontro com os trabalhos publicados por Klein e Sakurai (2015) e citado por Dias (2016), em que autores antecedentes citados analisaram mais de 3.000 da Federação brasileira, no interregno de 2001 e 2008, os precitados autores trouxeram a lume indicações robustas de que os agentes políticos municipais tentam, em princípio, com propósito primordial, aguçar seu comportamento com gestor público almejando a probabilidade de sua recondução do mandato eletivo como líder político e gestor público no desempenho orçamentário dos municípios os quais governam, nos anos eleitorais, para gastos mais aguçados, para que o eleitor perceba os investimentos públicos, o que notadamente, desde que não prejudique a estabilidade fiscal-orçamentária.

Nesse viés, Videira e Mattos (2011), Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho (2017) asseveram que o acréscimo das despesas públicas com investimentos, principalmente no âmbito da educação e da saúde, em épocas das eleições, o que se induz a acreditar que o aludido acréscimo contenha como propósito predominante o de revelar ao eleitorado o desempenho como gestor da coisa pública, e dessa forma a chance de lograr êxito quanto à obtenção voto, o que se harmoniza com as premissas defendidas por muitos autores atinentes à opinião pública com fulcro na teoria do ciclo político no respectivo processo eleitoral.

Klein (2010) e Klein e Sakurai (2015) afirmam que agentes políticos foram autodenominados de “oportunistas” na ocasião em que optam por políticas públicas que tendem a aguçar a possibilidade de sua recondução sem, contudo, saudosismo em cenários pretéritos, sem o fiel cumprimento das ideologias dos partidos políticos ou aos efeitos almejados na seara da economia, quando miram delineados propósitos de cunho social ou político, e por efeito, não são movidos pela manutenção no poder e não almejam somente a popularidade dos eleitores (VICENTE; NASCIMENTO, 2012).

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos sugerem que despesa e receita de capital e despesa empenhada influenciam, favoravelmente, na recondução do prefeito, assim como no tocante às variáveis sociodemográficas, PIB e IDH, capital político municipal apontam uma relação positiva entre o tamanho da população e a reeleição. Em geral, todas as variáveis testadas indicam efeito significativo e, por sua vez, têm impacto na recondução dos prefeitos e corroboram a rejeição da hipótese, razão pela qual prevalece a hipótese nula, conforme já aduzido em linhas pretéritas.

Apesar de a despesa empenhada na condição de variável orçamentária ter efeito sobre a reeleição dos prefeitos nas Tabelas 4 e 5 este efeito desaparece.

Após a realização dessas regressões rejeita-se a **H1** com base nas estimativas de modelos rodados nas Tabelas 1 a 5. Embora o investimento tenha sido significativo somente nas regressões utilizando desta mesma variável com 10% de confiança no modelo 4 (regressão simples) de forma logística em painel com efeito fixo, como consta na Tabela 3, os municípios que não apresentaram todos os dados para a estimativa dessas regressões acabaram tendo alguns valores atribuídos em algumas variáveis para os vários anos. Sendo assim, a regressão em painel com efeito fixo não apresenta fidedignamente que 100% dos dados coletados são de cada município rondoniense, respectivamente, ou seja, alguns dados foram supridos.

Entende-se que a contribuição principal desta pesquisa foi a de trazer a lume que as receitas de capital orçamentário dos governos municipais aguçam a perspectiva de reeleição dos políticos locais (prefeitos), o que corrobora os estudos de (NAKAGUMA; BENDER, 2010; VICENTE; NASCIMENTO, 2012).

O desfecho desta dissertação não se alia com literatura clássica que propaga que o eleitorado recompensa os agentes políticos das municipalidades que procedem à incrementação relativa a investimentos de natureza pública em épocas próximas às eleições municipais (SCHUKNECHT, 1996; DRAZEN; ESLAVA, 2005; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2008).

LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS

Observa-se que a limitação desta pesquisa é pontuada no fato de a Contabilidade Pública aplicada pelos órgãos competentes municipais do Estado de Rondônia ainda é muito mitigada e timidamente aprimorada para gerar informações confiáveis e de consistência sistematizada, para um eficiente serviço prestado ao povo, donde provém todo poder (art.1º, Parágrafo único, CF/88).

Deixa-se como proposta para os futuros trabalhos de cunho quantitativo na área de Contabilidade ou de Economia, que investiguem a existência dos ciclos políticos eleitorais na questão orçamentária quanto à receita arrecadada, despesa empenhada e investimentos das municipalidades rondonienses e de outros Estados-membros da Federação brasileira e sua correspondência com a recondução do mandato eletivo dos prefeitos.

REFERÊNCIAS

ÄKERMAN, J. Political Economic cycles. *Kyklos*, v. 1, n. 2, p. 107-117, 1947.

AKHMEDOV, A.; ZHURAVSKAYA, E. Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 119, n. 4, p. 1301-1338, 2004.

ARAÚJO, V.; SILOTTO, G.; CUNHA, L. R. Capital político e financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha. *Revista Teoria & Sociedade*, 2015.

ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. B. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros?. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 789-814, 2008.

ASCHAUER, D. A. Is public expenditure productive?. *Journal of monetary economics*, v. 23, n. 2, p. 177-200, 1989.

BARRO, R. J.; GORDON, D. B. Rules, discretion and reputation in a model of monetary policy. *Journal of monetary economics*, v. 12, n. 1, p. 101-121, 1983.

BARTOLINI, D.; SANTOLINI, R. **Fiscal rules and the opportunistic behaviour of the incumbent politician:** evidence from Italian municipalities. 2009.

BERGER, H.; WOITEK, U. Searching for political business cycles in Germany. *Public Choice*, v. 91, n. 2, p. 179-197, 1997. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1023/A:1004970926840i>>.

BITTENCOURT, J. L. **Evidências de ciclo político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais-1983/2000**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Lei Complementar N. 101. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. 2000. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 5 maio 2000.

CANÇADO, P. L.; ARAÚJO JR., A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais - 2000. **Ibmec MG Working Paper** - WP26, 2004.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 87-104, 2015.

CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29401>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

DIAS, B. P. **Investimento público influência na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do Estado do Espírito Santo no período de 2001 a 2012**. Dissertação - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória-ES, 2016.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DE OLIVEIRA VELOSO, G.; BORNHOLD, S. D. Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. **Ensaio FEE**, v. 36, n. 4, p. 1069-1096, 2016.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. **Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence**. NBER Working Paper - National Bureau of Economic Research, n. 11085, 2005.

EASTERLY, W.; REBELO, S. Fiscal policy and economic growth. **Journal of monetary economics**, v. 32, n. 3, p. 417-458, 1993.

FIALHO, T. M. M. Testando a evidência de

ciclos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 51, n. 3, p. 379-390, 1997.

FIGUEIREDO, M. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. **Cadernos de Conjuntura**, v. 50, 1994.

GALLI, E.; ROSSI, S. P. S. Political budget cycles: the case of the Western German Länder. **Public choice**, v. 110, n. 3-4, p. 283-303, 2002.

GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612156337>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment
1. **The Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283-337, 2010.

KLEIN, F. A. **Elections and Fiscal Policy at the Municipal Level in Brazil**. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo. 2012.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Rules rather than discretion: The inconsistency of optimal plans. **Journal of political economy**, v. 85, n. 3, p. 473-491, 1977.

MACRAE, A. Political Model of the Business Cycle. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 85, n. 2, p. 239-63, 1977.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia aplicada**, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NICOLAU, J. M. Breves comentários sobre as

eleições de 1994 e o quadro partidário. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, v. 50, 1994.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **The review of economic studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

ORAIR, R. O.; GOUVÊA, R. R.; LEAL, É. M. **Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

PORTO, A.; PORTO, N. Fiscal Decentralization and Voters' choices as Control. **Journal of Applied Economics**, v. 3, n. 1, 2000.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **The review of economic studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-36, 1990.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 27-54, 2007.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira. São Paulo: Vértice, v. 134, 1987.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SANTOS, W. G. Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira. **São Paulo: Vértice**, v. 134, 1987.

SCHUKNECHT, L. Political business cycles and fiscal policies in developing countries. **kyklos**, v. 49, n. 2, p. 155-170, 1996.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. do. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011.